

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA DA 83ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 28/08/2018

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura George Hiraiwa
3	8.40	Aprovação da ata da 82ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura George Hiraiwa
4	9.00	Informe da Câmara de ATER – PROATER – CRÉDITO RURAL	Gustavo Adolfo Gomes Scholz - Secretário Executivo
5	9.30	Informes DESAN	Valéria Nitsche - Diretora do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional - DESAN / SEAB
6	10.00	Informe Câmara de Meliponídeos – Menção da Câmara Técnica de Meliponicultura, Nova diretoria, Quadro de participantes	Marcos Aparecido Gonçalves - Engenheiro Agrônomo Rep. Da Câmara - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário - Paraná
7	10.10	Informe do PRÓ-RURAL Edital Negócios Sustentáveis, Avaliação, Modelo Lógico IPARDES	Jefferson V. Meister Coordenador Técnico do PRÓ-RURAL Divisão de Desenvolvimento Rural - DEAGRO
8	10.50	Informes do Secretário da Agricultura	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura George Hiraiwa
9	11.20	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura George Hiraiwa
10	12.00	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário

6 Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, realizou-se a octogésima terceira reunião
7 do CEDRAF, nas dependências do Instituto Emater, no município de Curitiba – Paraná. **Item 01.**
8 **Credenciamento:** Estiveram presentes vinte Conselheiros, sendo treze Conselheiros da Sociedade
9 Civil e sete do Poder Público. Além destes a reunião contou com doze convidados. **Conselheiros da**
10 **Sociedade Civil:** Luiz Carlos Costa – CEAGRO, Luiz Marcos Junior Brambilla – FETAEP, Maiko
11 Zanella – OCEPAR, Maria Aparecida Geffer – Mulheres, Luís Alfredo Slusarz – REDE ECOVIDA,
12 Lauro Krczezanowski – FEPAR, Luiz Vanderlei Kawa – AMEPAR, Bernardo Vergopolen – FETRAF,
13 Amadeu Bonato – DESER, Antônio do Santos Vaz Filho – AMP/AMCESPAR, Alexandre Leal dos
14 Santos – Rep. da Juventude, Gilson Nogueira Farias – SICREDI, Claudio Luiz G. Marques – Câmara
15 de Agroecologia e Agricultura Orgânica. **Conselheiros do Poder Público:** Francisco Simioni –
16 Representando o Presidente do CEDRAF – Secretário George Hiraiwa - SEAB, Rogério Rodrigues –
17 INCRA, Dante Danilo Macedo – DFDA-PR/SEAD, Sérgio Augusto Guarienti – EMATER, Deputado
18 Cláudio Palozi – ALEP, Thamizis Amilia Ponthelski – CONAB, Margit Hauer – IAP. **Convidados:** José
19 Espinosa Aliaga – representando a Secretaria de Estado do Planejamento/SEPL, Guilherme Schnell
20 e Schuhli, Valmir Almada – ALEP, Marcos Aparecido Gonçalves – Câmara de Meliponídeos, Valeria
21 Nitsche - Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional DESAN/SEAB, João Batista Zanini –
22 Área Planejamento/EMATER, Jefferson Meister – PRÓ-RURAL/SEAB, Daniel Roberto Galafassi –
23 Plantplan / Cascavel – APEPA e Coordenador de Crédito do EMATER Osmar Schultz. Com Falta
24 justificada: Secretaria da Ciência e Tecnologia - SETI. **Falta sem justificativa:** SEED, SEJU,

25 CRESOL, FAEP, Fed. Pescadores, Rep. Quilombolas, SEBRAE-PR, Rede Colegiados Territoriais,
26 Rede Puxirão e UNICAFES. **Item 02. Abertura e aprovação da pauta:** O Engº Agrº **Gustavo Adolfo**
27 **Gomes Scholz** da EMATER se apresentou como novo Secretário Executivo do CEDRAF,
28 agradecendo a confiança da Emater em apresentar seu nome e do Secretaria da Agricultura e do
29 Abastecimento Engº Agrº George Hiraiwa - representado na reunião pelo Diretor Geral, o Economista
30 Francisco Simioni, Secretário em exercício dado que o Secretário está numa viagem oficial ao Japão.
31 Antes do início dos trabalhos houve a inserção de dois assuntos na pauta, encaminhada por meio
32 eletrônico, que trata da situação do PROATER e do Crédito Rural. Aberta a palavra para os
33 Conselheiros se manifestarem, **Claudio Marques** do INCRA solicitou a inclusão do tema referente
34 ao informe – Moção da Câmara de Agroecologia e PL dos Agrotóxicos. A Conselheira **Margit Hauer**
35 da SEMA/IAP por sua vez solicitou inclusão de tema que versa sobre a revogação do Decreto Federal
36 6040/2007, que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. A conselheira
37 sugere que o CEDRAF, após análise do tema, elabore manifesto de apoio contra a possível
38 revogação. Dando início à reunião o Presidente em exercício do CEDRAF o Senhor **Francisco**
39 **Simioni** cedeu a palavra ao Deputado Estadual **Claudio Palozi** - Coordenador do Bloco
40 Agropecuário na ALEP. Este, como representante da Assembleia, repassou informações sobre o
41 trabalhos e resultados desenvolvidos através do bloco pelo qual tem responsabilidade de coordenar.
42 Fala que são treze Deputados ligados ao agro e os mesmos tem a obrigação de aproximar a
43 Assembleia Legislativa com o setor produtivo do Estado do Paraná. Relata que foram realizados três
44 Congressos Agropecuário no estado com apoio da EMATER, Secretaria da Agricultura - SEAB,
45 EMBRAPA, IAPAR, OCEPAR e FAEP. Todas as instituições ligadas ao agro apoiaram esse
46 congresso, que foi importante para trazer informações da base para ser conduzido ao Governos
47 Estadual e Federal. Tratou das ações visando redução dos custos de transporte, como custo do
48 pedágio, principalmente para quem produz longe do porto de Paranaguá e de lei para não aumentar
49 a tarifa de pedágios e as concessionárias cumprirem seus contratos. Abordou sobre a proibição de
50 uso da tecnologia do “fracking” que é a exploração de rocha do xisto, que é prejudicial à saúde e meio
51 ambiente, mesmo com Edital do Governo do Paraná permitindo esse tipo de exploração. Outra ação
52 foi no sentido apoiar a recuperação da sanidade na carne paranaense, em função do embargo
53 sanitário europeu, procurando assim viabilizar a retomada de exportações. Falou que para o Paraná
54 poder voltar a crescer economicamente isso é importante. Comentou da audiência ocorrida em
55 Brasília para tratar do tema e das dificuldades desencadeadas pelas operações Carne Fraca e
56 Trapaça. Abordou sobre os níveis de contaminação da bactéria “salmonela” na carne de frango e
57 presença da “actolamina” na carne bovina, que estaria acima dos limites permitidos. Reforçou que os
58 a comunidade europeia recomenda que os agentes de fiscalização não podem mais serem pagos
59 pelos abatedouros, mas sim pelo poder público, através de criação de fundo público. Por último tratou
60 do Plano de Cultivo Florestal, cuja atividade é a terceira em geração de emprego e renda nos setores
61 de primário. Falou que o projeto de Lei não foi apresentado ainda, estando na Comissão de finanças
62 antes de ser finalizado e encaminhado para tramitação. Diz que informará o CEDRAF quando o
63 projeto começar a tramitar. O Secretário em exercício **Francisco Simioni** fez algumas ponderações
64 sobre os pedágios e o setor de carnes. Informou que a SEAB/ADAPAR atuam de forma intensa na
65 questão sanitária. Tratou também das demandas do setor florestal e do uso de agrotóxicos, conflito
66 agravado pela expansão da malha urbana sobre áreas de agricultura. **Item 03. Aprovação da Ata**
67 **da 82ª Reunião do CEDRAF:** Após leitura da minuta, a qual foi enviada anteriormente por meio
68 eletrônico com pequenos ajustes conforme sugestões de conselheiros, a mesma foi aprovada por
69 unanimidade. **Item 04. Informe da câmara de ATER:** Relata **Gustavo Scholz**, membro da Câmara
70 de ATER, que conforme deliberado na octogésima segunda reunião do CEDRAF, a Política Estadual
71 de ATER deve ter uma participação maior do CEDRAF. Sobre isso informou que a Câmara de ATER
72 reuniu-se no dia dezessete de agosto discutindo a Lei de ATER do Paraná - Lei. 17.447 – 27/12/12.
73 Com base no art. 9, a Lei estabelece o PROATER - Programa Estadual de Ater do Paraná, que tem
74 por objetivo a organização de serviço de ATER. Conforme relato, o Governo Federal, através de
75 Chamadas Públicas e ANATER, tem demandado ações de ATER para o Estado sem que haja uma
76 interlocução entre os executores de ATER, o governo e sociedade civil organizada. O representante
77 da Câmara de ATRE Tratou da necessidade de elaboração de um plano de ATER, sendo papel do
78 CEDRAF articular sua construção. Diz que a política estadual atribui ao EMATER o papel de
79 coordenação além da execução do Programa, sendo o Plano é instrumento de gestão das ações de

80 Assistência Técnica e Extensão Rural que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares.
81 Falou que além do Emater há outras prestadoras desse serviço, públicas e privadas. Que são
82 organizações não governamentais, prefeituras e empresas privadas. Relata que a função do Plano é
83 organizar minimamente os serviços via Planos de Desenvolvimento Sustentáveis nas diversas
84 instâncias de execução. Explica que o PROATER é composto de diagnóstico, diretrizes, prioridades
85 e atividades, estabelecendo as necessidades orçamentárias para o Estado prestar esses serviços,
86 com definição de orçamento público para as entidades públicas e privadas, que podem executar
87 ações complementares. Segundo Gustavo o PROATER pode estabelecer programas, subprogramas
88 e projetos que contemplem atividades para o público, como os pescadores artesanais do litoral. O
89 Secretário em Exercício **Francisco Carlos Simioni** diz que a proposta é de fundamental importância
90 o processo de gestão para o Sistema SEAB, para os municípios e importância para as ações.
91 Relembra que muitas das ações executadas dependem das demandas que nascem do agricultor
92 organizado e dos municípios. Na sequência o Engº Agrº **João Batista Zanini** – EMATER – da
93 Assessoria de Planejamento, que participou do processo de elaboração da Lei de ATER do Paraná,
94 relatou que este é o momento para a construção do Plano Pluri Anual, mais conhecido como PPA.
95 Diz que foi chamado a colaborar com o grupo de elaboração da metodologia e entende ser adequado
96 preparar os Fóruns Territoriais para dar resposta na montagem do PROATER que orientará o PPA
97 para o ciclo 2020/24. Propõe a definição de grupo de trabalho, referendado pelo CEDRAF, podendo
98 ser membros da Câmara Técnica de ATER além de outras entidades interessadas. Este grupo
99 elaborará a metodologia de trabalho para a construção do PROATER de forma participativa e
100 cronogramas. Sugere que na próxima reunião do CEDRAF esta proposta seja apresentada e, caso
101 aprovada (metodologia e cronograma de trabalho) contará com apoio logístico do EMATER/SEAB.
102 Quando da aprovação e com devido ajuste em função da demanda do PROATER, o PPA será
103 encaminhado o Governo do Estado que por sua vez remete à Assembleia Legislativa. Segundo Zanini
104 os trabalhos iniciarão no próximo ano após o período de carnaval, com evento reunindo os
105 coordenadores dos Territórios para conhecerem a metodologia e roteiro. Diz que de março a maio os
106 Territórios elaboram propostas para PROATER (versão territorial) e finalmente em junho a
107 consolidação do PROATER Estadual. Para ele, após aprovado será encaminhado a SEAB para o
108 trâmite legal do processo, de forma a tentar garantir recursos para a ATER. Segundo Zanini o ponto
109 positivo é tentar minimizar o sobreamento de ações e otimização de recursos Federais já
110 destinados aos agricultores familiares via chamadas e contratos. Argumenta que o PROATER é
111 também um instrumento negociação do CEDRAF, Secretaria da Agricultura e demais instituições
112 participantes do Conselho na negociação de recursos. O Engº Agrº **José Carlos E. Aliaga**,
113 representando a Secretaria de Estado do Planejamento manifesta a posição de se evitar
114 sobreamento e briga por espaço, enquanto muitos Agricultores Familiares não têm acesso a
115 assistência técnica, algo em torno de sessenta por cento. O planejamento integrado é fundamental
116 para suprir lacunas. **Amadeu Bonatto** – DESER agradece o convite para a reunião e apesar de não
117 ter ido se sentiu representado. Entende que o Conselho tem papel essencial no processo de
118 condução e deliberação, tanto para o próprio CEDRAF quanto debate de ATER, não sendo somente
119 espaço de informes. Relata que quando da promulgação da lei de ATER nacional e se coloca a
120 exigência da realização das conferências de ATER, estas deveriam preceder a elaboração dos planos
121 pruri anuais, o que na prática nunca aconteceu. Acha que vai ser complicado o Governo Federal
122 retomar o processo, mas que os Conselhos Estaduais devem insistir, parabenizando o grupo. **João**
123 **Batista Zanini** reforça que é processo e não execução de novas conferências. A Secretaria da
124 Câmara de ATER deverá informar por correio eletrônico a todos os membros do Conselho. Não
125 havendo mais manifestações a proposta foi posta em votação, sendo aprovada por unanimidade
126 pelos presentes com a responsabilidade de elaboração da proposta pela Câmara de ATER e
127 membros da Câmara de Agroecologia, para a próxima reunião do Conselho. **Item 05. Informes do**
128 **DESAN – Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional - Valeria Nitshe** relata que, após
129 um ano de seu anúncio no pleno do Conselho, vem prestar contas dos editais que foram lançados e
130 como está o processo de execução. O FECOP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza lançou
131 editais para cinco linhas de apoio a saber: Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Compra
132 Direta, Mais Renda no Campo e Banco de Alimentos. As linhas Restaurante Popular e Cozinha
133 Comunitária e Banco de Alimentos são considerados equipamentos de SAN. Para Restaurante
134 Popular foi aberto um fluxo contínuo com municípios acima de oitenta mil habitantes esse edital está

135 aberto e contempla o apoio de obra, equipamento, material, material de consumo e EPI. Vinte e seis
136 municípios podem acessar o edital sendo o valor limite três milhões e quinhentos mil reais por
137 município. Para reforma é um milhão, para construção são dois milhões e meio. Para aquisição de
138 equipamentos e materiais permanentes são oitocentos mil. Para aquisição de material de consumo
139 e EPI são duzentos mil reais. Dos municípios que apresentaram projetos, Curitiba foi o único que
140 conveniou no ano passado e está em execução - etapa de prestação de contas. Foi reativado o
141 restaurante popular do Viaduto Capanema. Está em análise a reforma do Restaurante Matriz Praça
142 Rui Barbosa. Paranavaí apresentou o projeto, assim como Cascavel, Maringá, Toledo e Umuarama.
143 Para Bandeirantes, Mato Rico, Ibaiti e Joaquim Távora foram repassados um milhão de reais.
144 Bandeirante deve servir duzentas e cinquenta refeições para pessoas em vulnerabilidade. Em Mato
145 Rico duzentas refeições para alunos, ambulantes e clientes dos projetos sociais aposentados entre
146 outros. Em Ibaiti duas mil e trezentas refeições por estarem fazendo toda a merenda escolar na
147 cozinha e distribuindo para a rede, usuários do bolsa família e duzentas refeições para atender o
148 público. Em Cornélio Procopio serão três mil e quinhentas refeições. Jacarezinho com cem refeições
149 para funcionários municipais. Em Joaquim Távora serão mil e quatrocentos refeições. Sobre o Edital
150 Renda no Campo, desenvolvido para associações e cooperativas atendendo a lei 13.019/14 o Edital
151 foi lançado para duzentos e sessenta e sete municípios. Comentou das várias linhas com foco na
152 produção orgânica, desde material permanente e de consumo. Serão ações em boas práticas,
153 inovação tecnológica, fomento à produção orgânica, preservação ou recuperação ambiental,
154 saneamento básico e proteção das fontes. O limite é de duzentos e cinquenta mil por organização
155 tendo um teto de cinco mil por associado de forma a equalizar os recursos disponível. Para esta linha
156 o apoio foi dividido aquisição de equipamento e permanentes são cento e cinquenta mil. Para custeio
157 e aquisição de material de custeio, além de EPI até setenta mil para a contratação de serviços via
158 prestação de serviços de pessoa jurídica até trinta mil reais, já que está assessoria é forte gargalo.
159 Cada projeto totalizou duzentos e cinquenta mil. Foram noventa e oito projetos apresentados desses
160 cinquenta e oito foram classificados. Houve uma desistência e ficaram cinquenta e sete, cujos termos
161 de fomento já foram firmados. Como exemplo cita a cooperativa Nova Citrus, com projeto de um trator
162 agrícola. Outras com projeto de caminhão, caminhão baú, adubo orgânico, empacotadeira e
163 seladeira. O resultado final foi de seis milhões de reais em investimento, dois milhões e duzentos e
164 dezesseis de custeio, no total de nove milhões e trinta e quatro mil reais. Sobre Centrais Públicas,
165 convênio com o Governo Federal de dois mil e quatorze, o objetivo é atender cento e cinco municípios
166 do estado que tenha as Centrais Públicas de Distribuição para o PNAE ou para PAA as centrais iram
167 receber um veículo, "palets", veículos, caixa monobloco, lavadoras de alta pressão, balanças e
168 carrinhos de carga. Do projeto já foi entregue vinte e cinco veículos. Todos os cento e cinco
169 municípios irão receber um kit completo e estão sendo licitados, sendo que se deve esperar o período
170 eleitoral. Sobre o SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional destacou que o
171 Paraná é referência de adesão de municípios do mapa SAN, que mede todas as ações em nível de
172 Brasil. No Paraná espera-se que todos os municípios possam os programas e ações, sendo que o
173 Sistema funcionara como um "SUS" e "SIAPAN". O SISAN está se cruzando esse sistema é novo
174 mas a proposta seria se fazer o monitoramento de todas as ações de SAN e Insegurança alimentar
175 e nutricional, que subsidia as políticas orçamentos e programas. Hoje o estado tem aderido cento e
176 vinte e dois municípios. Umuarama, Cianorte, Francisco Beltrão são os destaques que todos os
177 municípios estão aderidos. Rogerio do INCRA questiona que deveria ter mais profissionais para
178 apoiar a Secretaria que é uma deficiência do Estado. Questionada sobre demora em projetos Valeria
179 Nitsche informa que há dois engenheiros para analisar os projetos. O problema é que os municípios
180 tem estruturas limitadas, porém tem que se cumprir as normas e a Paraná-PRED é bem rígida com
181 a legislação. **Item 06. Informe da câmara de meliponídeos – Marcos Aparecido Gonçalves**
182 **informou sobre a** câmara Técnica de Meliponicultura, da nova diretoria, da situação do quadro de
183 participantes e abre o convite aos presentes. Informa que a Câmara, criada em dois mil e onze, tem
184 por objetivo trazer o que está sendo discutido e produzido para o Conselho. No início era composta
185 pela SEAB, EMATER, UTFPR, EMBRAPA e algumas universidades. No dia treze de setembro
186 informa que ocorrerá a primeira reunião da nova gestão. **Marcos Aparecido Gonçalves** informa que
187 farão o processo de regularização e formalização da Câmara, explanando das atividades da criação
188 de abelhas nativas e do processo de regularização junto aos órgãos ambientais. Comenta que é uma
189 atividade de diversificação e opção econômica, de preservação ambiental, das espécies além do

190 processo de polinização. Hoje são três associações formalizadas que comercializam mel, algumas
191 estão processo de regularização e formalização. Relata que em ano passado foi promulgada a Lei
192 19.152, que disciplina a criação das abelhas nativas e trata da criação da Câmara Técnica. A parceria
193 entre a SEAB e IAP é importante. As demais instituições serão convidadas para que indiquem
194 representantes formalmente junto ao CEDRAF. Outro ponto importante trata da validação ou a
195 revalidação que está prevista na lei 19.152/2011. A Portaria nº 63/2017 da ADAPAR regulamenta o
196 produto mel de abelhas nativas. A Secretaria Executiva deverá apoiar a Câmara Técnica nessa
197 consulta para reestruturar a mesma. Sobre isso **Marcos Brambilla - FETAEP** opina que se criou uma
198 lei para se pôr em prática, mas que será difícil para o agricultor cumprir uma legislação rigorosa.
199 Opina que se tem que cuidar para não exagerar. **Item 07. Informe do PRÓ-RURAL Edital Negócios**
200 **Sustentáveis, Avaliação, Modelo Lógico IPARDES Jefferson Meister** falou sobre o PRO-RURAL
201 - Programa financiado pelo Banco Mundial desde o final de dois mil e treze este acordo de
202 empréstimo foi prolongado ao final de dois mil e dezenove. O foco é trabalhar com agricultores com
203 problemas de deficiência econômicos, social e ambiental, devido a uma série de causas e que geram
204 consequências nos cento e vinte três municípios do Paraná. O Prorural tem o objetivo de aumentar
205 a competitividade desses agricultores na região central. Foi elaborado um estudo para delimitar a
206 área do programa, de forma a aportar recursos que anteriormente era apropriado em maior percentual
207 por regiões mais dinâmicas. Focar as regiões com deficiência em todos os aspectos, incorporando a
208 política de Desenvolvimento Territorial que o Governo Federal incentivava – na discussão endógena
209 em busca de soluções. O programa foi se adaptando com o recorte dos territórios reconhecido no
210 âmbito do CEDRAF. O foco é a Agricultura Familiar com especial atenção para jovens, mulheres,
211 indígenas e quilombolas. A estratégia é ampliar as oportunidades, ambiente de negócios com apoio
212 do ATER publica via Instituto EMATER. Foram locados recursos de investimento e custeio, além da
213 capacitação. Fortalecer o capital humano e social, via ações com as organizações da agricultura
214 familiar, Conselhos e Fóruns, associativismo e cooperativismo. Pretende-se com esse mecanismo
215 gerar ambiente de negócio e dinamismo econômico com algumas ações estruturantes como estradas
216 rurais. O programa atua com regularização fundiária em propriedades privadas, documentos de
217 posse ainda da época de 1800 e que até hoje não possuem a matrícula. A falta do documento formal
218 inviabiliza o acesso ao crédito. O programa é estruturado em três componente e sete
219 subcomponentes. A gestão estadual é na Secretaria de Agricultura - Coordenação Geral em parceria
220 com a EMATER e Instituto de Terras. Cada Território tem um articulador territorial e em cada
221 município o responsável é a EMATER. A gestão social é feita via Conselho Municipal e Colegiado
222 Territorial. Seis mil e duzentos agricultores com seus mapas referenciados desses dois mil e
223 seiscentos já foi ajuizado o processo perante o Tribunal da Justiça. São mais de setenta mil
224 agricultores capacitados em cinco anos de programa, com uso de metodologias - seminários, cursos
225 e excursões. O programa tem foco na juventude e até o ano passado foram mais de setecentos
226 jovens capacitados em cento e quatorze eventos. Foram cinco mil, cento e quarenta mulheres
227 capacitadas. Cursos para a sociedade civil na gestão do programa - conselhos e colegiados, foram
228 mais de duzentos e sessenta eventos e sete mil e novecentos agricultores e técnicos envolvidos. O
229 programa apoia as populações indígenas, apesar do problema na questão de oferta de ATER. Apesar
230 disso informa que se conseguiu desenvolver alguns processos. Para os agricultores e suas
231 organizações, são vinte e três mil agricultores estão sendo assistido pelo EMATER e cento e
232 dezenove associações e cooperativas. A extensão oficial atua com a organização rural e estabeleceu
233 uma equipe mínima para viabilizar referências, retomando o trabalho de organização rural que já foi
234 muito forte. Explanou da promoção da agroindústria e comercialização, com realização de eventos
235 ligado a essa temática. Foram dois chamamentos públicos e já tem um terceiro que aguarda liberação
236 de recurso da Fazenda para se poder lançá-lo. Citou Ortigueira, que possuiu unidade de
237 beneficiamento de mel, Corumbataí do Sul com uma associação e uma cooperativa que receberam
238 recursos para ampliar negócio de polpas e sucos. IAF - Organização em Turvo que recebeu apoio
239 para processo de secagem de erva mate. Barbosa Ferraz articulado ao programa Leite com apoio
240 em equipamento para a unidade de processamento. São sessenta e seis projetos aprovados nesses
241 dois editais. Quarenta e cinco deles apoiados e com Termos de Fomento. Destas, quarenta e cinco
242 já tem o termo formalizado com repasse de recursos, envolvendo sete mil quinhentos e cinquenta e
243 sete agricultores. O valor total é de dezoito milhões e seiscentos mil reais. São quatro mil e
244 quinhentos agricultores envolvidos e quatorze milhões e seiscentos reais em equipamentos. Doze

245 milhões e meio já foram pagos. Há seis em processo de formalização, dependendo de publicação
246 em Diário Oficial e quinze que estão com pendências. Dezenove projetos são de olericultura, sete de
247 leite, sete de floricultura, quatro na área florestal e três para mel. Há também ações em estradas,
248 com a gestão de estradas rurais. Foram compradas nove patrulhas, cedeu oito aos consórcios de
249 municípios, com foco na gestão. Outra ação importante foi no fortalecimento da ATER pública, com
250 quase treze milhões em investimentos dentro do instituto EMATER tanto na parte de custeio como
251 na estruturação física e parte na formação de capital humano. A ação na política pública para fins de
252 regularização é muito importante. José Espinoza Aliaga da SEPL elogia a apresentação e
253 complementa a questão de regularização fundiária. Acredita que pelo menos cem mil propriedades
254 não possuem documento e o Paraná tem pioneirismo, com documento final na mão do agricultor.
255 Espera-se que seis mil famílias serão atendidas e este é o desafio. A barreira hoje está no judiciário.
256 Jefferson concluiu dizendo que em função da provocação ao Judiciário há notícias de que isso pode
257 avançar para a criação de uma Vara Especial para tratar estas questões. **ITEM 08. Informes do**
258 **Secretário da Agricultura:** o espaço deste item da agenda foi cedido para o item **CRÉDITO RURAL,**
259 **em que Sergio Guarienti da EMATER** cita uma preocupação com o crédito rural vinculado a
260 assistência técnica com qualidade oferece resultados muito importantes e significativos. Comenta
261 que a sociedade e o CEDRAF buscam a ampliação da ASTEC para os produtores e o censo
262 demonstra grande quantidade de agricultores sem assistência. Verificou-se neste Plano Safra –
263 Banco Central que todos os artigos que tratavam de ASTEC – não sendo mais obrigatória. O
264 agricultor não poder financiar mais a ASTEC, não tendo valores específicos. Desconsiderou-se a
265 ASTEC como uma questão importante vinculada ao crédito. Fomos surpreendidos quando houve o
266 lançamento do plano SAFRA. Inicialmente teve muitos elogios, mas ao se fazer a leitura do plano
267 isso gerou uma grande preocupação. A seguir o Conselheiro Sérgio passa a palavra ao convidado
268 **Daniel Roberto Galafassi** representando a **Plantplan / Cascavel – APEPA** – Associação da
269 Paranaense de Planejamento Agropecuário, comunicou que esteve em Brasília em três
270 oportunidades em reunião com vários setores que discutem estratégias do crédito rural. O crédito
271 rural é aprovado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e as alterações são realizadas em
272 conjunto com três órgãos - Banco Central, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento. Esses
273 determinam o rumo do crédito que são descritos via Manual do Crédito Rural – MCR's. Foi cortado a
274 assistência técnica do crédito rural esses valores e em visita ao ministério da fazenda como é um
275 valor pequeno então poderia ser acertado com o agricultor sem o financiamento da assistência
276 técnica. A seguir a palavra foi repassada ao Coordenador de Crédito da Emater, **Osmar Schultz**. Ele
277 cita que o Crédito Rural no Paraná tem duzentos e cinquenta mil agricultores familiares no Paraná.
278 Em 2015 duzentos e quatro mil agricultores com DAP e hoje são 138 mil agricultores com DAP. No
279 crédito rural se teve 150 mil contratos de PRONAF e última safra foi 118 mil contratos de investimento
280 e custeio, não é família. O agricultor que acessa faz a soja, milho. O que cultiva feijão também faz
281 milho, ou seja, se tem mais de um contrato por produtor. Paraná tem, segundo **Osmar Schultz**,
282 noventa mil famílias acessando o crédito rural. O principal problema é não ter acesso a assistência
283 técnica para acessar as políticas públicas, entre elas o crédito. Sem acesso ao crédito rural o produtor
284 se inviabiliza, há reflexos nas famílias de agricultores e no processo de sucessão, onde trinta por
285 cento das propriedades já não tem sucessor. O Conselheiro **Gilson Nogueira Farias do Sicredi**
286 reforça a surpresa quanto a este corte e cita que houve dois manifestos para que se reveja e
287 mantenha recursos para a assistência técnica. Falou que é fundamental a ASTEC. Para o acesso ao
288 crédito se retira o valor para o produtor arcar por conta própria, mas no momento que faltar dinheiro
289 ele irá abandonar a assistência técnica com implicações negativas. Como agente financeiro apoia
290 esta demanda. **Amadeu Bonato do DESER** comenta da proposta de aumento de recursos para
291 ASTEC nos moldes da vinculação do apoio ao biodiesel (selos) e a assistência técnica, numa lógica
292 que acredita ser estreita. Acredita que PRONAF está se esgotado, serve para o modelo tradicional
293 de agricultura como milho e soja. Há um processo de concentração e redução do número de contratos
294 e de famílias. O PRONAF como instrumento de inclusão da agricultura familiar e se extinguiu alguns
295 anos atrás um modelo tradicional de agricultura. O custeio está concentrado no milho e na soja faz
296 alguns anos, não se tendo avaliações com profundidade sobre o PRONAF. Ele não está servindo a
297 um modelo de agricultura familiar que estamos defendendo na Lei de Ater, na Lei da Agricultura
298 Familiar. Sugestões de aperfeiçoamento fundamental instrumento que seria o financiamento e no
299 modelo que hoje ele desvirtuou daquilo que foi criado. **Marcos Brambilla da Fetaep**, compartilha

300 com essa visão e diz que a CONTAG conversou com os técnicos de Brasília ligados a agricultura
301 familiar e acha preocupante pois a leitura do Governo é diferente. Acredita que mil e quinhentos reais
302 a dois mil reais pesam no orçamento da família rural. Tem conversado sobre o plano SAFRA, a
303 Federação faz anualmente cartilhas e faz um roteiro com reunião em todo o Estado. Esse atuou com
304 apoio do grupo interno da Federação e tem análise os dados que a área de crédito do Emater
305 comenta. Isso para saber quem está ficando fora do crédito e porque está diminuindo a quantidade
306 de famílias que acessam o PRONAF. A saída do agricultor do campo é preocupante, é papel do
307 ATER de desenvolver um projeto de acompanhamento, sendo pública ou privada. Não é só o
308 pequeno que está ficando fora do Pronaf, mas também quem pegava valores menores, público mais
309 fragilizado e que sairá primeiro. O PRONAF está cumprindo um papel importante, basta olharmos o
310 cenário hoje que é totalmente diferente de vinte e cinco anos atrás. Melhorou o estudo, a
311 infraestrutura, são melhores condições de vida e produção. O PRONAF pode não está chegando
312 naquele agricultor que não tem propriedade regularizada ou que precise de avalista. É necessário
313 ampliar a ATER e que os recursos públicos são fundamentais; **Francisco Carlos Simioni** Secretário
314 em exercício, no papel de Presidente interino do CEDRAF, comenta que a SEAB - Secretaria da
315 Agricultura deverá encaminhar expediente em nome do Secretário George Hiraiwa, quando do
316 retorno dele na próxima semana. Será enviado ao Banco Central, ao Mapa, ao Ministério do
317 Planejamento e o Ministério da Fazenda. Sugere que cada entidade faça o mesmo tentando uma
318 mobilização. Aproveita a oportunidade e relata que o Secretário retornará dia nove de viagem, a qual
319 tem como objetivo a abertura de novos mercados para a carne brasileira no Japão. Ele foi
320 representando o governo de Estado com objetivo único de inserir a carne brasileira no Japão, sendo
321 que o encaminhamento será feito logo após ser retorno. **Antônio Maciel Machado - EMBRAPA** cita
322 que a EMBRAPA abdicou da sua vaga na ANATER, tem um problema muito sério que não adianta
323 alguém sozinho ter um posicionamento pessoal. É uma questão maior, ampla e espera-se um
324 compromisso do governo em relação a isso. Logo teremos o processo eleitoral e haverá mudanças.
325 Espera que o próximo governo tenha uma postura muito mais coerente e firme em relação a
326 agricultura. Caso continue essa postura, acredita, a população rural vá ser reduzida. **Margit Hauer -**
327 **IAP** sugere que fosse feito um texto para passar para as entidades e que cada conselheiro leve para
328 sua entidade. **Claudio Marques** apoia a proposta de que um documento seja feito em nome do
329 CEDRAF. O Presidente em exercício **Francisco Simioni** sugere fazer o expediente pela Presidência,
330 mas solicita apoio para que as outras organizações também o façam pela irredutibilidade do Ministério
331 da Fazenda, já reduziu prazo de reembolso, de doze a dezesseis para nove meses. Reduziu a ATER
332 e no futuro poderá extinguir o crédito Rural. Documento será elaborado pela Presidência com apoio
333 das organizações, inclusive quanto à questão de modelo tecnológico. **ITEM 09. Assuntos Gerais: 1)**
334 **Moção da Câmara de Agroecologia sobre o PL dos Agrotóxicos.** Sobre este manifesto, referente
335 ao PL, o Secretário da **Câmara Setorial de Agroecologia e Agricultura Orgânica, Claudio**
336 **Marques** (INCREA/SR9), informou que o Projeto de Lei está propondo modificar a lei dos agrotóxicos,
337 no entendimento da Câmara de Agroecologia para pior. Na avaliação do Câmara Setorial será
338 liberado ainda mais o uso dos agrotóxicos, remetendo a avaliação somente ao MAPA e retirando da
339 ANVISA e do Ministério do Meio Ambiente as avaliações de sanidade e impacto ambiental. A Câmara
340 Setorial da Agroecologia e Agricultura Orgânica do CEDRAF já tinha se posicionado em reunião
341 anterior do CEDRAF, inclusive de fazer uma Moção contrária ao projeto. Esta proposta de PL vem
342 contra, inclusive, às outras políticas, até internacionais, na redução de uso dos agrotóxicos. A Moção
343 também destaca o apoio ao PRONARA - Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, lançado
344 pela CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e à proposta de criação do
345 PROERA - Programa Estadual de Redução de Agrotóxicos e Fertilizantes Químicos. Comentou que
346 essa moção foi construída pela Câmara, onde três membros elaboraram a minuta de redação, porém
347 ela ainda não passou pelo crivo da maioria dos membros. Haverá uma reunião dia vinte e quatro de
348 setembro, em Ponta Grossa, onde pretendem aprovar a mesma. Segundo Claudio Marques, a ideia
349 era só deixar aqui como encaminhamento, e sendo aprovada pela Câmara Setorial Técnica a mesma
350 será enviada ao CEDRAF para enviar aos Conselheiros. Na sequência, o tema será pautado para
351 verificar se há apoio suficiente no CEDRAF. O documento está sendo feito em conjunto com a
352 Comissão de Produção Orgânica do Paraná - CPOrg, a qual tem uma dinâmica e autonomia próprias.
353 Como decisão, a minuta será encaminhada ao Presidente do CEDRAF e conselheiros para prévio
354 conhecimento e somente após aprovação no Pleno a mesma poderá ser divulgada em nome do

355 CEDRAF. **2) REVOGAÇÃO DO DECRETO 6040.** A Conselheira **Margit Hauer do IAP** tratou da
356 revogação do decreto 6040/2007, que instituiu a Política Nacional dos Povos e Comunidade
357 Tradicionais. Em dois mil e seis foi criada a Comissão Nacional dos Povos Tradicionais, a reboque
358 da Convenção do Patrimônio Cultural, salvaguarda para proteção do patrimônio cultural e imaterial..
359 A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que reconhece os territórios e as
360 práticas dos povos e comunidades tradicionais, aprovada por decreto em dois mil e quatro. O
361 patrimônio é de dois mil e seis, o Brasil é signatário e artigos 20. A carta diz nos povos e comunidade
362 tradicionais representada por nossa entidade com base na Constituição Federal - artigos 215 e 216
363 – Modo de criar, fazer e viver são patrimônio cultural e cabe ao Estado proteger. A seguir faz a leitura
364 da Carta. Anteriormente este grupo era reconhecido como agricultores familiares, mas eles não se
365 reconhecem assim, pois sua visibilidade está garantida nas Leis nas Convenções Tratados de que
366 o Brasil é signatário. Findo a leitura o Conselheiro **Claudio Marques** informou que na semana que
367 passou ocorreu reunião da Comissão Nacional Agroecologia e Produção Orgânica - CENAPA, em
368 Brasília, que aprovou uma carta de apoio à luta dos povos tradicionais contra a iniciativa de acabar
369 com Decreto 6040. É posicionamento da Comissão Nacional. O Conselheiro **Marcos Brambilla da**
370 **FETAEP** pede esclarecimentos sobre o que se quer do CEDRAF. Após explicações da Conselheira
371 **Margit Hauer** do apoio a essa política e não a sua revogação. **Marcos Brambilla** cita que o
372 documento lido é extenso e entra em questões que o deixa preocupado. A primeira são as colocações
373 sobre a legitimidade de posse das terras. O Estado deve manter a política de atender este segmento
374 no que necessário for, mas, não se pode ratificar a carta dizendo que é uma questão verdadeira.
375 Deve-se ter um texto mais direto. Assim fosse, segundo o Conselheiro, teríamos de deixar os
376 indígenas ocuparem todo território. Sugere um texto mais pontual. Diz que é favorável a defesa das
377 políticas, as quais devem atender essas demandas. Fala que o Estado brasileiro não pode ser omissor
378 nessas questões e a Federação dos Trabalhadores – FETAEP, nesse sentido, recomenda que a
379 moção seja direcionada mais a política. **Antônio Maciel Machado da EMBRAPA** se reporta ao
380 assunto anterior, trata da provocação com relação ao PL do veneno foi feita na reunião passada e
381 havia a possibilidade que essa matéria fosse julgada nessa semana ainda. A demanda para a
382 Comissão de Orgânicos e Câmara de Agroecologia no sentido de se ter uma influência e tentar
383 mostrar a posição do Estado do Paraná, e parece que está em nível de votação, ainda não foi votado.
384 Informa que estaria rodando de qualquer jeito e como a reunião vai ser dia quatro de setembro, isso
385 deveria ser um processo meio rápido. O CEDRAF teria que ter um processo de aprovação imediato
386 para não se perder tempo. Com a palavra da Conselheira **Margit Hauer do IAP** solicita ao CEDRAF
387 apoio ou moção ao decreto 6040, com o pedido de manutenção e reconhecimento da importância
388 dos povos e comunidades tradicionais e sua importância cultural, por ser luta legítima e constitucional.
389 Por sugestão do Presidente do CEDRAF a Conselheira **Margit Hauer** ficou com o compromisso de
390 elaborar uma de manifestação para a Secretaria Executiva, sobre o apoio a manutenção do decreto
391 e sua preocupação em relação de solicitação de sua revogação. Reforçar a importância cultural dos
392 Povos e Comunidades Tradicionais, da preservação do sócio biodiversidade, e que encaminhará a
393 minuta de texto para conhecimento dos Conselheiros, sendo que o documento deverá ser direcionado
394 à Casa Civil da Presidência da República. **3)** O Conselheiro Dant Macedo - SEAD faz um informe
395 sobre as portarias e resoluções que saíram na semana, relacionado à Secretaria Especial de
396 Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal. Portaria 490 informa que
397 aqueles equipamentos doados pelo PAC-2 aos Municípios (três equipamentos para cada município)
398 tiveram encerrados os encargos da doação. São cento e noventa e seis municípios beneficiados.
399 Estes cumpriram todos os requisitos e dessa forma foram retirados todos os encargos dessas
400 doações. Os mesmos são definitivamente desses municípios. A relação com os municípios
401 beneficiados será repassada para o Secretário Gustavo Scholz – EMATER para ser disponibilizada
402 aos conselheiros. De vinte e três de agosto há uma Resolução do Fundo de Terras aprovando o
403 Manual do Programa Crédito Fundiário. Informa que as novas propostas do Crédito Fundiário
404 poderão ser contratadas. Outro documento é de vinte e quatro de agosto, onde foi publicada portaria
405 nº 523, estabelecendo novos critérios para emissão de DAP. Dentre as alterações, a principal trata
406 da validade de um ano tanto da DAP física quanto jurídica. As atuais DAP's serão válidas para apenas
407 seis meses independente de quando foram emitidas. Informa que também será repassado isso para
408 a Secretaria, para que esta envie para os conselheiros. Comenta ainda que houve algumas
409 alterações de enquadramento. O Grupo B passou para R\$ 23 mil como limite de enquadramento. O

410 Grupo Variável passou para R\$ 415 mil de renda bruta ao ano. Finalmente comenta de projeto junto
411 ao ITCG, de um milhão e meio de reais, para atender doze municípios que estão fora do PRO-
412 RURAL, na Região Metropolitana e Litoral do Paraná. São 1500 famílias. **ITEM 10. Encerramento -**
413 O Secretário em exercício, **Francisco Simioni** – SEAB/DG comentou dos encaminhamentos que
414 ficaram registrados e agradeceu a participação de todos. Fala do apreço ao segmento da agricultura
415 familiar e dos novos funcionários do Instituto EMATER. Reconhece a necessidade de funções
416 administrativas, que está carente e que esta demanda deverá ser trabalhada. Trata da demanda da
417 FETAEP em ter mais um profissional junto a Federação. Comenta ainda que é normal no final de
418 governo o Estado ter dificuldades para atender algumas demandas, principalmente questão
419 financeira, atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal – que no artigo 42, diz que autoridade pública,
420 em qualquer despesa que for realizar, tem que ter a disponibilidade de financeira e orçamentária.
421 Deverão preparar a Secretaria para os novos gestores que deverão comandar o sistema a partir de
422 janeiro de 2019. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que passará por análise,
423 correção e aprovação dos conselheiros e após será assinada por mim, Gustavo Adolfo Scholz,
424 secretário executivo, e pelo presidente George Hiraiwa.

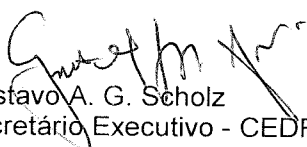
425

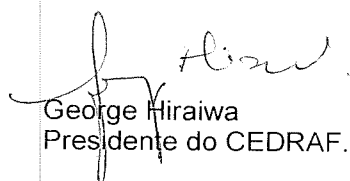
426

427

428

429


Gustavo A. G. Scholz
Secretário Executivo - CEDRAF


George Hiraiwa
Presidente do CEDRAF.